

FITO - OSASCO

FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO
DE OSASCO

Professor Especialista-
Administração

EDITAL Nº 01/2024

CÓD: SL-0880T-24
7908433265382

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	7
2. Sinônimos e antônimos	17
3. Sentido próprio e figurado das palavras	18
4. Pontuação	20
5. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.....	22
6. Concordância verbal e nominal	36
7. Regência verbal e nominal.....	37
8. Colocação pronominal	40
9. Crase	41

Legislação

1. Lei n.º 9.394/1996 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional	49
2. Lei n.º 13.415/2017 – Alterou a lei de diretrizes e bases da educação nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio	68
3. Lei n.º 13.005/2014 – Aprova o plano nacional de educação – pne e dá outras providências.....	72
4. Constituição federal – da educação, capítulo iii, seção i.....	88
5. Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da criança e do adolescente – eca	91
6. Parecer cne/ceb n.º 17/2001 – diretrizes curriculares para a educação especial na educação básica.....	131
7. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva – documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela portaria n.º 948, de 09/10/2007: Brasília, ministério da educação básica, secretaria da educação especial, 2007	148

Conhecimentos Específicos Professor Especialista - Administração

1. Aspectos conceituais e introdutórios de negócio	157
2. A administração do ambiente de negócio	160
3. Os ambientes empresariais.....	164
4. Os ambientes externos de negócios	168
5. Os ambientes internos de negócios.....	174
6. O plano de negócios	177
7. Etapas da elaboração do plano de negócios.....	182
8. Criação de novos negócios.....	187
9. Técnicas de identificação e aproveitamento de oportunidades	195
10. Elementos básicos de gestão de negócios	202
11. Gestão de compras. Tipos de compras: licitação; modalidades de compra; compra de emergência; compra especulativa; compra contratada; compra antecipada; compra de reposição; funções do comprador; lotes econômicos; controle de prazos de processamento de compras e entrega; interação compras – almoxarifado	209

ÍNDICE

12. Comportamento humano nas organizações	211
13. Fundamentos de administração	213
14. Fundamentos de contabilidade	220
15. Fundamentos de finanças	223
16. Empreendedorismo	229
17. Fundamentos de economia	230
18. Gestão orçamentária	236
19. Prática contábil e fiscal	241
20. Avaliação de empresas	243
21. Administração estratégica.....	248
22. Administração do capital de giro	251
23. Análise das demonstrações contábeis.....	258
24. Controladoria	261
25. Gestão de custos e precificação.....	264

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

– Identificação de efeitos de ironia ou humor em textos variados

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem). Além disso, a ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

– Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

– Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, o personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade

sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

– Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um dos efeitos de sentido que ocorre nos textos literários quando a personagem tem a consciência de que suas ações não serão bem-sucedidas ou que está entrando por um caminho ruim, mas o leitor já tem essa consciência.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Além disso, há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



– Análise e a interpretação do texto segundo o gênero em que se inscreve

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

Gêneros Discursivos

– **Romance:** descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

– **Conto:** obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

– **Novela:** muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

– **Crônica:** texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

– **Poesia:** apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

– **Editorial:** texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

– **Entrevista:** texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

– **Cantiga de roda:** gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

– **Receita:** texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

– Distinção de fato e opinião sobre esse fato

Fato

O fato é algo que aconteceu ou está acontecendo. A existência do fato pode ser constatada de modo indiscutível. O fato é uma coisa que aconteceu e pode ser comprovado de alguma maneira, através de algum documento, números, vídeo ou registro.

Exemplo: A mãe foi viajar.

Interpretação

É o ato de dar sentido ao fato, de entendê-lo. Interpretamos quando relacionamos fatos, os comparamos, buscamos suas causas e previmos suas consequências.

LEGISLAÇÃO

LEI N.º 9.394/1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

As leis educacionais do Brasil são baseadas principalmente na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que tem como objetivo estabelecer os padrões da Educação Brasileira e abrange desde a educação infantil até o ensino superior.

A LDB trouxe mudanças significativas para o avanço da educação, algumas dessas mudanças são:

– **Organização do Sistema Educacional:** Definiu os padrões do sistema educacional brasileiro, ou seja, estabeleceu como a educação deve ser aplicada e quais os padrões as atividades devem desenvolver nas instituições de ensino, como devem ocorrer as aulas, os conteúdos que devem ser passados e as atividades que os alunos devem realizar.

– **A obrigatoriedade da educação pública em todo Brasil:** Tornou obrigatória a educação básica dos 4 aos 17 anos, promovendo a permanência dos estudantes na escola.

– **Gestão democrática:** A gestão democrática tem como principal objetivo assegurar e incentivar a participação de estudantes, pais, professores e funcionários nas decisões das instituições.

– **Ensino Integral:** A importância do ensino integral para os estudantes ultrapassa o aspecto cognitivo e envolve o desenvolvimento emocional, cultural e social.

– **Autonomia no ensino:** A legislação concedeu maior autonomia para as escolas, permitindo que elas criem seus próprios projetos pedagógicos e sua organização curricular.

– **Educação inclusiva:** A lei reforçou a importância da educação inclusiva, garantindo assim o acesso de pessoas com deficiência ao ensino regular, fornecendo recursos para implantar os sistemas de apoio necessários

Essas mudanças buscaram promover uma educação mais inclusiva, respeitosa e democrática, voltada para o desenvolvimento dos estudantes.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV – garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela LEI Nº 15.001, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

- a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX – padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, co-

municação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica interna- do para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

V – garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais. (Incluído pela LEI Nº 15.001, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024)

§2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do §2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) (Vide parágrafo único do art. 2)

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

§1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VII-A - assegurar, em colaboração com os sistemas de ensino, processo nacional de avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica; (Incluído pela Lei nº 14.645, de 2023)

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

ASPECTOS CONCEITUAIS E INTRODUTÓRIOS DE NEGÓCIO

O conceito de “negócio” é essencial para a compreensão da Administração e dos processos empresariais, especialmente para candidatos a concursos públicos que buscam dominar não só as definições teóricas, mas também as suas aplicações práticas.

Em termos gerais, negócio refere-se a qualquer atividade organizada que visa à produção, troca ou venda de bens e serviços para obter lucro, atendendo a uma necessidade ou desejo de mercado. No entanto, o termo vai além de uma simples transação comercial, englobando toda uma estrutura de planejamento, gestão e controle voltada para a criação de valor.

O entendimento dos negócios e de seus fundamentos permite que futuros administradores e profissionais compreendam a lógica das organizações, como se inserem no mercado e como podem se manter competitivas. Neste contexto, é importante não apenas entender o que caracteriza um negócio, mas também identificar seus elementos essenciais, os diferentes tipos de negócios existentes e os modelos que orientam sua operação.

— O que é um Negócio? Definição e Características

Em Administração, “negócio” é um termo que descreve qualquer atividade organizada com o objetivo de gerar valor, seja na forma de produtos, serviços ou soluções, atendendo a uma demanda do mercado e visando o lucro.

Esse conceito abrange tanto ações de compra e venda quanto a produção e distribuição de bens e serviços que, além de satisfazerem necessidades específicas dos consumidores, mantêm a organização competitiva e sustentável.

A compreensão ampla e detalhada de “negócio” permite reconhecer como as atividades econômicas contribuem para o desenvolvimento econômico e social, sendo uma das bases fundamentais para o sucesso de qualquer empresa.

Os negócios podem ser definidos e compreendidos a partir de diferentes perspectivas:

– **Como Transação Comercial:** O negócio pode ser visto como uma transação entre duas ou mais partes, que envolve a troca de produtos ou serviços com finalidade lucrativa. Este conceito é a base de operações comerciais e está presente em qualquer interação econômica entre fornecedores e consumidores.

– **Como Organização Empresarial:** Nesse sentido, o negócio é estruturado como uma entidade organizada, que gerencia processos, recursos e pessoas para criar valor no mercado de forma

sustentável. Esse modelo está presente nas empresas de médio e grande porte, que contam com uma hierarquia organizacional e uma divisão clara de funções e responsabilidades.

– **Como Processo Contínuo:** Aqui, o negócio é entendido como um conjunto de atividades e operações planejadas, que visam não apenas o lucro, mas também a continuidade e a evolução da empresa. Essas atividades incluem a análise de mercado, o desenvolvimento de produtos e serviços, e o planejamento estratégico.

Essas definições ilustram que o conceito de negócio se adapta a contextos variados, mas sempre guarda como elemento central o objetivo de gerar valor, seja para o próprio negócio, para os clientes ou para a sociedade. Abaixo, exploramos as principais características que compõem o conceito de negócio:

– **Orientação para o Cliente:** Negócios bem-sucedidos são aqueles que identificam e atendem necessidades reais de seus clientes. Isso implica conhecer o perfil do público-alvo e adaptar produtos ou serviços de modo a agregar valor percebido.

– **Objetivo de Lucratividade e Sustentabilidade:** Embora algumas organizações (como ONGs) não priorizem o lucro, a maioria dos negócios possui o objetivo de lucratividade como um incentivo para a sua continuidade. Além disso, o lucro permite reinvestimentos e a expansão da empresa, promovendo a sua sustentabilidade.

– **Planejamento e Estratégia:** Negócios requerem planejamento e definição de estratégias para enfrentar a concorrência, gerenciar recursos e aproveitar oportunidades de mercado. Um planejamento sólido proporciona um direcionamento claro para os objetivos de longo prazo e facilita a tomada de decisões em situações desafiadoras.

– **Gestão de Recursos:** Recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos são necessários para a operação de qualquer negócio. A administração eficaz desses recursos permite o controle de custos, a eficiência operacional e a otimização da produção e dos serviços prestados.

– **Competitividade:** Em um mercado globalizado, os negócios enfrentam constantemente a concorrência e precisam diferenciar-se para atrair clientes. Essa competitividade exige inovação, análise de mercado e uma oferta de valor que vá além do básico.

– **Riscos e Incertezas:** A atividade empresarial envolve riscos econômicos, tecnológicos, políticos e sociais que podem impactar a operação e a lucratividade. A gestão de risco é uma prática essencial para minimizar impactos negativos e garantir a segurança dos negócios.

Essas características são a essência de qualquer empreendimento, e seu entendimento é fundamental para aqueles que buscam se aprofundar no estudo de Administração.

Com uma base sólida em conceitos de negócio, é possível explorar de maneira mais detalhada as especificidades da gestão empresarial, dos modelos de operação e das estratégias de mercado, capacitando profissionais a tomarem decisões mais informadas e fundamentadas para a eficácia e longevidade das organizações.

— Elementos Essenciais de um Negócio

Para compreender o funcionamento de um negócio de forma ampla e aplicada, é fundamental conhecer os elementos essenciais que sustentam a sua estrutura e garantem a sua operação eficaz. Estes elementos não apenas orientam a condução das atividades diárias, mas também são determinantes para a criação de valor, a adaptação ao mercado e a competitividade da organização. A seguir, destacamos os principais elementos que compõem um negócio:

— Oferta e Demanda:

O relacionamento entre oferta e demanda é um dos alicerces de qualquer negócio. A oferta representa o produto ou serviço que a empresa disponibiliza ao mercado, enquanto a demanda reflete a necessidade ou desejo dos consumidores. Para prosperar, o negócio deve entender e responder às variações de demanda, garantindo que sua oferta seja atrativa e adequada às preferências dos consumidores. Um equilíbrio eficaz entre oferta e demanda ajuda a evitar problemas como estoque excessivo ou escassez de produtos.

— Proposta de Valor:

A proposta de valor é o diferencial que o negócio oferece aos clientes. Ela descreve como o produto ou serviço atende às necessidades do consumidor de uma maneira única ou superior em comparação aos concorrentes. Essa proposta deve ser clara e perceptível pelo público-alvo, podendo ser baseada em qualidade, preço, conveniência, inovação ou experiência do cliente. A proposta de valor bem definida aumenta a atratividade do negócio e ajuda a fortalecer a marca no mercado.

— Competição:

No ambiente de negócios, a competição é inevitável. A presença de concorrentes exige que as empresas busquem constantemente maneiras de se diferenciar e inovar. A análise da concorrência permite que o negócio identifique oportunidades de melhoria e ajuste suas estratégias para conquistar uma posição sólida no mercado. Em um mercado competitivo, os negócios precisam de táticas eficazes para oferecer algo que se destaque, como preços mais competitivos, atendimento superior ou inovação tecnológica.

— Recursos:

Recursos representam tudo o que o negócio precisa para operar de forma eficiente. Os principais recursos incluem:

— **Recursos Humanos:** Equipe qualificada e motivada é essencial para a execução das atividades e para a inovação do negócio.

— **Recursos Financeiros:** Capital para investimento, pagamento de despesas e manutenção das operações. A administração financeira bem planejada é crucial para a sustentabilidade do negócio.

— **Recursos Tecnológicos:** Ferramentas e sistemas tecnológicos que aumentam a eficiência e melhoram a qualidade dos produtos e serviços.

— **Recursos Materiais:** Matérias-primas, insumos e equipamentos que são transformados ou utilizados para a produção de bens e serviços.

A gestão eficaz desses recursos é determinante para a sustentabilidade e expansão do negócio. Negócios que alocam e utilizam seus recursos de forma estratégica conseguem otimizar custos e melhorar sua competitividade.

— Estrutura de Custo e Fontes de Receita:

Todo negócio precisa entender sua estrutura de custos e suas fontes de receita para garantir uma operação financeiramente viável. A estrutura de custos envolve todos os gastos necessários para o funcionamento, como custos de produção, marketing, salários, e custos fixos e variáveis. As fontes de receita, por outro lado, representam a entrada de capital, geralmente proveniente das vendas dos produtos ou serviços. Um equilíbrio positivo entre custos e receitas é fundamental para que o negócio alcance rentabilidade e, por consequência, sustentabilidade.

— Riscos e Incertezas:

A presença de riscos é inerente a qualquer atividade econômica. Os riscos podem ser financeiros, como mudanças nas taxas de juros e câmbio; operacionais, como falhas de produção; e de mercado, como oscilações na demanda. Além disso, incertezas sobre fatores externos, como crises econômicas, mudanças políticas e novas tecnologias, podem impactar o desempenho do negócio. Identificar, avaliar e gerenciar riscos é crucial para a longevidade e segurança do negócio, permitindo uma adaptação mais rápida e minimizando possíveis impactos.

Esses elementos são as bases sobre as quais os negócios estruturam suas operações e estratégias. Eles fornecem uma visão completa e integrada, permitindo que os gestores não apenas executem suas funções, mas também que inovem e adaptem o negócio às exigências do mercado. Um entendimento aprofundado desses elementos essenciais é, portanto, um diferencial estratégico que capacita os administradores a tomarem decisões informadas e assertivas, visando o crescimento e a sustentabilidade da organização no longo prazo.

— Tipos de Negócios e suas Finalidades

Os negócios podem ser classificados em várias categorias de acordo com sua natureza, objetivo e público-alvo. Essa divisão facilita o entendimento das diferentes abordagens e estruturas que as empresas podem adotar para alcançar seus objetivos e atender a demandas específicas do mercado.

— Negócios Comerciais:

Esses negócios se concentram na compra e venda de produtos e têm como principal objetivo gerar lucro ao revender bens para o consumidor final ou para outras empresas. Os negócios

comerciais podem atuar no setor de varejo, atendendo diretamente o consumidor final, ou no setor de atacado, vendendo em grandes quantidades para outros revendedores.

– **Exemplo:** Supermercados, lojas de roupas, distribuidores de alimentos.

– **Finalidade:** Atender às necessidades dos consumidores com conveniência e variedade de produtos, buscando maximizar o lucro a partir da margem de revenda.

– **Negócios de Serviços:**

Empresas de serviços oferecem habilidades, especializações e tempo para resolver problemas ou atender a necessidades específicas dos clientes, ao invés de produtos físicos. Negócios de serviços podem variar desde consultorias e assessorias até serviços de saúde e educação.

– **Exemplo:** Escritórios de contabilidade, clínicas médicas, academias.

– **Finalidade:** Prestar um serviço que proporcione uma experiência ou solução para o cliente, gerando valor por meio da qualificação e especialização da equipe.

– **Negócios Industriais:**

Negócios industriais são aqueles focados na produção de bens a partir de matérias-primas ou insumos, geralmente vendidos para outras empresas, como parte de uma cadeia produtiva (modelo B2B, ou business-to-business). Estes negócios são essenciais para a criação de bens de consumo e bens intermediários que suportam o comércio e a prestação de serviços.

– **Exemplo:** Fábricas de automóveis, empresas de eletrônicos, indústrias de alimentos.

– **Finalidade:** Transformar matérias-primas em produtos acabados ou intermediários, contribuindo para a cadeia de produção de bens e gerando lucro por meio da produção em escala.

– **Negócios Agrícolas:**

Esses negócios têm foco na produção e comercialização de produtos agrícolas e pecuários, como alimentos e matérias-primas de origem vegetal e animal. O setor agrícola inclui desde pequenas propriedades familiares até grandes fazendas comerciais.

– **Exemplo:** Fazendas de gado, plantações de grãos, criação de aves.

– **Finalidade:** Atender à demanda por alimentos e insumos agrícolas, com foco na sustentabilidade e na produtividade para suprir o mercado consumidor ou industrial.

– **Negócios de Tecnologia e Inovação:**

Empresas de tecnologia têm como base a criação e desenvolvimento de novas tecnologias ou plataformas que facilitam o acesso à informação, a automação e o uso de dados para solucionar problemas complexos. Este tipo de negócio é altamente dinâmico, uma vez que a inovação é essencial para manter a competitividade.

– **Exemplo:** Startups de software, empresas de biotecnologia, plataformas de e-commerce.

– **Finalidade:** Inovar e criar soluções tecnológicas que ofereçam novas formas de resolver problemas, muitas vezes revolucionando processos e mercados inteiros.

– **Negócios Sociais e Sem Fins Lucrativos:**

Negócios sociais e ONGs têm como foco principal o impacto social, ou seja, o bem-estar da sociedade, e não o lucro. Embora possam gerar receita para custear suas operações, seu objetivo central é a solução de problemas sociais ou ambientais.

– **Exemplo:** ONGs de proteção ambiental, instituições de caridade, projetos educacionais.

– **Finalidade:** Solucionar questões sociais, ambientais ou culturais, buscando financiamento para garantir a continuidade dos projetos e ampliar o impacto social.

– **Negócios de Propriedade Compartilhada e Cooperativas:**

Esses negócios são organizados de forma colaborativa e têm como base a associação de membros, que compartilham responsabilidades e benefícios. Cooperativas e empreendimentos de propriedade compartilhada são comuns no setor agrícola, de crédito e de produção de bens.

– **Exemplo:** Cooperativas de produtores agrícolas, cooperativas de crédito.

– **Finalidade:** Garantir o bem-estar econômico e social dos membros, gerando benefícios financeiros e suporte mútuo por meio de esforços coletivos.

Análise das Finalidades

Cada tipo de negócio desempenha um papel distinto na economia e na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e para a satisfação de diversas demandas.

Além da busca pelo lucro, negócios comerciais, de serviços e industriais, por exemplo, têm o objetivo de proporcionar bens e serviços com qualidade e competitividade. Já os negócios sociais e cooperativas se concentram em impactos sociais e no benefício coletivo, utilizando recursos para promover o bem-estar de seus membros e comunidades.

A diversidade de finalidades dos negócios cria um ecossistema dinâmico e interdependente, no qual diferentes setores econômicos trabalham em conjunto para atender às necessidades do mercado e da sociedade. Esse entendimento é fundamental para administradores, pois permite uma visão ampla dos diferentes objetivos que orientam cada tipo de negócio e os capacita a aplicar estratégias adequadas, conforme o perfil e a finalidade da organização.

Ao compreender as especificidades e finalidades de cada tipo de negócio, futuros profissionais da Administração podem desenvolver uma perspectiva estratégica, capaz de alinhar os objetivos organizacionais com as necessidades do mercado e com a responsabilidade social, promovendo um impacto positivo e sustentável no ambiente empresarial e social.

– **A Importância do Modelo de Negócio**

O modelo de negócio é a estrutura conceitual que define a forma como uma organização cria, entrega e captura valor no mercado. Esse modelo orienta não só o funcionamento operacional, mas também a estratégia de longo prazo, direcionando os recursos e estabelecendo o modo de interação com clientes, fornecedores e demais stakeholders.

A elaboração de um modelo de negócio eficaz é crucial para garantir a sustentabilidade e o crescimento de uma empresa, especialmente em um ambiente de mercado competitivo e em constante mudança.